

A14699

# Negado pedido de liminar contra concessão

*Desembargador não suspende licitação da Rodovia do Sol, como queriam deputados da bancada do Partido dos Trabalhadores*

O desembargador José Eduardo Grandi Ribeiro indeferiu, ontem, o pedido de liminar no mandado de segurança impetrado pelos deputados Brice Bragatto, Cláudio Verrezza, José Otávio Baioco e Otaviano Carvalho, da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembléia Legislativa, com o objetivo de suspender o processo de licitação para concessão, à iniciativa privada, pelo Governo do Espírito Santo, do sistema Terceira Ponte/Rodovia do Sol.

Com o indeferimento da liminar, resta aos deputados aguardar pelo julgamento do mérito da matéria pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça. O desembargador disse que tal fato deve se dar em no mínimo 30 e no máximo 60 dias. Ele explicou que o governador Victor Buaiz e o Estado (como litisconsorte passivo) devem ser citados ainda hoje para num prazo máximo de 15 dias manifestarem-se.

“cursos, mas não quer a vinculação”, disse ele. Anders também reivindicou ao Governo a garantia de um cronograma de execução de obras de acesso à ponte em seu município.

Na reunião que contou, além do governador, também com as participações do secretário de Estado dos Transportes, Fernando Betarello, do secretário-Executivo do Conselho de Reforma do Estado, Antônio Carlos Medeiros, e técnicos das áreas de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Urbano da PMVV, Anders expôs ao governador uma série de questões que precisam, a seu ver, ser corrigidas pelo Governo.

**“É JUSTO?”** – O prefeito não acha justo que os moradores de Vila Velha, que trabalham em Vitória, paguem um pedágio mais caro na ponte para subsidiarem as obras na Rodovia do Sol. “Na verdade, quem vai garantir a concessão da

viano Carvalho, da bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembléia Legislativa, com o objetivo de suspender o processo de licitação para concessão, à iniciativa privada, pelo Governo do Espírito Santo, do sistema Terceira Ponte/Rodovia do Sol.

Com o indeferimento da liminar, resta aos deputados aguardar pelo julgamento do mérito da matéria pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça. O desembargador disse que tal fato deve se dar em no mínimo 30 e no máximo 60 dias. Ele explicou que o governador Vitor Buaiç e o Estado (como litisconsorte passivo) devem ser citados ainda hoje para num prazo máximo de 15 dias manifestarem-se.

**COMPLEXIDADE** – Grandi Ribeiro disse que a matéria é muito complexa e lembrou que a liminar, caso concedida, suspenderia todo o processo licitatório, em vias de ser iniciado, sem que as partes fossem ouvidas. “Não há risco de ineficácia da segurança pleiteada, ou perigo da demora, porque ainda não foi publicado o edital relativo à chamada privatização da Rodovia do Sol, o que possibilitará o julgamento deste mandado de segurança antes que se dê início às obras pela eventual vencedora da licitação”, diz ele em seu despacho.

O assessor técnico do Conselho de Reforma do Estado, Rui Ribeiro, disse que o indeferimento da liminar já era esperado pelo Governo. “O argumento deles não tinha sustentação, porque a lei que autorizou a reforma, aprovada pela Assembléia Legislativa, dá liberdade ao Estado de agir por decreto, respeitando-se as legislações estaduais e federais”, comentou.

Já o deputado Cláudio Verezza disse que mantém a expectativa de que o julgamento do mérito assegure a suspensão da licitação. Verezza é membro da Comissão Especial, criada pela Assembléia Legislativa para acompanhar todo o processo de concessão.

Também integram a comissão, cuja presidência e vice-presidência devem ser conhecidas hoje, os deputados Lelo Coimbra, Nasser Youssef, Benedito Enéas e Enivaldo dos Anjos. Hoje também o Governo deve anunciar o nome do presidente da comissão de licitação.

**APELO** – O prefeito de Vila Velha, Jorge Anders, disse que apelou ontem ao governador Vitor Buaiç para que o processo de concessão à iniciativa privada de um trecho de 68,4 quilômetros da Rodovia do Sol seja desvinculado da Terceira Ponte. “A gente concorda que a rodovia precisa de melhorias e sabe que o Governo não dispõe de re-

Na reunião que contou, além do governador, também com as participações do secretário de Estado dos Transportes, Fernando Betarello, do secretário-Executivo do Conselho de Reforma do Estado, Antônio Carlos Medeiros, e técnicos das áreas de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Urbano da PMVV, Anders expôs ao governador uma série de questões que precisam, a seu ver, ser corrigidas pelo Governo.

**“É JUSTO?”** – O prefeito não acha justo que os moradores de Vila Velha, que trabalham em Vitória, paguem um pedágio mais caro na ponte para subsidiarem as obras na Rodovia do Sol. “Na verdade, quem vai garantir a concessão da rodovia à iniciativa privada é a ponte, cuja cobrança de pedágio está prevista só até 2001. A partir daí, não fosse a concessão, restaria um valor menor, técnico, a ser pago por sua manutenção”, comentou.

Segundo ele, a Rodovia do Sol deveria “caminhar com suas próprias pernas”. Até argumenta no sentido de que as prefeituras de Vila Velha e Guarapari, junto com o Governo, poderiam pleitear uma linha de crédito do BNDES, para viabilizar pelo menos parte das obras da via.

Se o Governo mantiver a decisão de não desvincular as duas obras da licitação, o prefeito quer que pelo menos não seja alterado o preço do pedágio da ponte.

Anders lembrou, ainda, o impacto que a duplicação da rodovia causará às vias internas do seu município. Disse que cobrou do Governo um cronograma para execução de obras de acesso à ponte, dentre as quais um elevado sobre as ruas Luciano das Neves e Antônio Ataíde, para ligação com as vias que serão abertas paralelamente ao canal Bigossi. O canal, com a concessão, será beneficiado com obras de urbanização.

**PREÇO** – “O elevado foi previsto ainda quando da fixação do pedágio para pagamento da ponte e sua manutenção. Mas a obra nunca foi executada. Por isso eu disse ao governador sobre a necessidade de serem definidas as obras ligadas aos acessos da ponte com os respectivos cronogramas”, disse ele.

A reunião com o Governo, ontem, foi, segundo Anders, importante para viabilizar tomada de decisões antes do lançamento do edital de licitação. No final da tarde de hoje, uma nova reunião entre Anders, Medeiros e o assessor técnico do Conselho de Reforma do Estado, Rui Ribeiro, ocorrerá no gabinete da PMVV, em Vila Velha.